

## O olhar nacionalista numa viagem ao mundo *jecocêntrico*

Ivânia Cristina Lima Moura<sup>1</sup>

*Entre o engenho e a habilidade analítica existe uma diferença muito maior, na verdade, do que entre a fantasia e a imaginação, mas de caráter estritamente análogo. Verificar-se-á, com efeito, que os homens engenhosos são sempre fantasistas e os verdadeiramente imaginativos são, por sua vez, sempre analíticos.<sup>2</sup>*

Edgar Allan Poe (1841)

**Resumo:** O artigo discute a construção de Monteiro Lobato como crítico da realidade social e política brasileira e as transformações sofridas ao longo das décadas de 1910 a 1940 nesse posicionamento crítico através dos deslocamentos das figuras do Jeca Tatu, transformada em símbolo nacional durante a República Velha, e Zé Brasil, personagem criado ao final da vida do escritor.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; República Velha; Estado Novo; Jeca Tatu; Zé Brasil.

Nos últimos dias de vida em São Paulo, Monteiro Lobato desfrutou de uma estranha porção da fama. O escritor era visitado constantemente em sua morada improvisada, no primeiro andar da Editora Brasiliense, como uma espécie de instrutor ou analista político de primeira grandeza. Estamos nos referindo aos últimos dias do ano de 1947, quando Lobato regressa ao Brasil, após quase um ano na Argentina escrevendo e publicando livros destinados ao público infantil.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>2</sup> POE, 1996. 2.<sup>a</sup> ed., p. 10.

<sup>3</sup> Lobato faleceu no dia 4 de julho de 1948. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, 1997.)

A volta ao país natal rendeu a Lobato elogios e o reconhecimento da parcela mais intelectualizada da sociedade, num período ansioso pela redemocratização, climatizado pelas conseqüências do pós-guerra e, mais especificamente, pela queda do Estado Novo. Foi também em 1947 que Lobato publicou sua última obra da chamada Literatura Geral: **Zé Brasil**, pela Editora Vitória, na capital federal.

A publicação de Zé Brasil pode ter sido um pedido de desculpas ao seu primeiro ícone criado, Jeca Tatu. Também pode ter sido um libelo favorável à remarcação de terras e à reorganização do sistema econômico brasileiro. Com esta obra, Lobato encerrou seu ciclo de contribuição para a Literatura Brasileira, que muito teve de lhe prestar homenagens póstumas.

Nosso objetivo é tentar explicitar algumas considerações sobre a atuação de Monteiro Lobato, percebendo sua forma de selar um espaço, embora com alguns prejuízos morais e financeiros, no rol de escritores e pensadores do país. Como diria Gilberto Freyre, “*a figura de Monteiro Lobato há de guardá-la não apenas a história literária do Brasil, mas a própria história do povo e da nacionalidade brasileira: aquela história que às vezes é escrita com sangue.*”<sup>4</sup>

Lobato prefaciou a obra **Gilberto Freyre**, de Diogo Melo de Menezes, revelando a sua admiração pelo jovem sociólogo brasileiro, como podemos conferir:

*No caso de Gilberto houve olhares desconfiados. Seu livro era sociologia, jogava com toda a técnica da misteriosa ciência e com a sua estranha terminologia. A desconfiança vinha de ser tudo aquilo muito amável e límpido – ou muito caseiro. Era lá possível que na tal sociologia coubessem vatapás baianos e mais coisas gostosas? E que fosse ciência verdadeira tanto negrinho insinuado nas casas grandes, e tanta mucama a fazer cafunés nos príncipes herdeiros dos latifúndios? Nos primeiros momentos o Brasil ficou na dúvida ou*

---

<sup>4</sup> FREYRE, (epígrafe), in: CAVALHEIRO, 1955.

*no “interdito” como dizem os franceses, sem saber ao certo que gênero de literatura ou ciência era a tal Casa Grande & Senzala. Os críticos juravam ser ciência, mas o tom era muito alegre, sadio e pitoresco para ser ciência. Muito transitável. Nossa concepção de ciência ainda estava ligada ao ar macilento, às olheiras fundas, à magreza ascética, aos olhos cansados e exigidores de óculos fortíssimos. Ciência de verdade, só nos livros narcotizantes. Um livro de ciência tinha de atormentar o leitor já nos primeiros capítulos e levá-lo ao cemitério no fim.*<sup>5</sup>

A intensa visitação a Lobato no prédio da Brasiliense, pouco tempo antes da sua morte, então, não ocorreu de maneira isolada ou aleatória. Foi observado o envolvimento do escritor – não mais o empresário – com a causa comunista, o que abordaremos num outro momento. O que procuraremos questionar é a primeira *aparição* de Lobato na imprensa, em 1914.

Queremos trabalhar inicialmente, portanto, com o fato que se traduziu como o surgimento de Monteiro Lobato como homem público, conhecido e respeitado. Martins<sup>6</sup> nos oferece uma definição sobre o escritor justamente neste período. Ao abordar o nascimento do Modernismo, ensaia e insere Lobato como um dos precursores, antes mesmo dos autores mais envolvidos e conhecidos, sobretudo a partir da Semana de Arte Moderna, de 1922.

*O Modernismo foi, simultaneamente, o reflexo de uma inquietação e de uma insatisfação. A vanguarda da inteligência brasileira estava evidentemente insatisfeita, em 1916, com a assustadora anemia literária que resultara do esgotamento visível do Parnasianismo e do Simbolismo. E, nesse período, até 1921, vanguarda literária quer dizer, no Brasil, antes e acima de tudo, Monteiro Lobato.*<sup>7</sup>

Embora queiramos discordar da data a que se refere Martins para citar o artigo *Urupês* – 1915 e não 1914, como encontramos nas bibliografias – o importante

---

<sup>5</sup> LOBATO, 1948, vol. XIII, pp. 108-109. [1946]

<sup>6</sup> MARTINS, 1965.

<sup>7</sup> MARTINS, *ibid.*, p. 21.

é como Lobato é sugerido, ou seja, um autor que prometia incomodar os mais ortodoxos: *São de sua pena os primeiros documentos contra o “passadismo”*.<sup>8</sup> Martins, define, então, **Urupês** como o primeiro *manifesto modernista* e reconhece, ainda, a fonte imediata do **Manifesto Antropófago** (1928), de Oswald de Andrade. O documento modernista seria, para Martins, uma simples paráfrase do texto lobateano. No artigo **Urupês**, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato lançava, com a figura do Jeca Tatu, o primeiro tipo de *herói* literário, contraposto ao Peri de José de Alencar, na literatura moderna<sup>9</sup>; ao mesmo tempo, soltaria a sua revolta diante dos maus tratos impingidos ao homem rural.

Todas essas questões estavam sendo trabalhadas numa campanha sanitária efervescente que se colocava contrária ao governo de Hermes da Fonseca. Em 1919, com **Idéias de Jeca Tatu**, Lobato deixou clara sua aversão ao que chamava de *hermismo*; porém, os artigos coletados para tal obra já haviam sido publicados desde 1910, especialmente n’*A Tribuna de Santos*, passando, justamente, pelo período Hermes (1910-1914). Lobato atacou o governo do militar e se colocou a favor dos civilistas, clamando por uma sociedade *menos suja*.<sup>10</sup> Foi publicado na mesma obra, um artigo do período *hermista*, no qual Lobato se colocava em favor do homem rural – o caboclo, o agricultor ou como ele mesmo desenhava, o *jeca*: *A velha noção que o lavrador tem do Governo é a de um formidoso tubarão com falas de sereia e dentes de piranha*.<sup>11</sup>

Em 1921, ao tempo em que produzia um universo lírico para as crianças em **Narizinho Arrebitado**, obra usada nas escolas primárias, atacava o Estado em seus artigos no jornal *O Estado de São Paulo* e em outros do interior e publicava a coletânea **A Onda Verde**. No artigo *O pai da guerra*, por exemplo, usando como ponto de partida o caso do recente conflito mundial (1914-1918), Lobato mostra-se indignado com a situação que sinalizava algo de perigoso para o Brasil.

---

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid., p. 23.

<sup>10</sup> LOBATO, 1948, vol. IV.

<sup>11</sup> Ibid., p. 273.

*Todas as criações do Estado são grifanhas e de utilidade unilateral. O militarismo, a burocracia, o privilégio, o fisco, a censura: - dentuças!*

*Mas a sua obra-prima, de uma maquiavelice infinita, é a arte de confundir-se com o povo e dar-se como organização inteligente e necessária para o povo.*<sup>12</sup>

Em *Dramas da crueldade*, o feito se repete; desta vez, atacando a República e a forma de administrá-la – desorganizada pelo homem ou pelos que foram escolhidos e apontados como administradores. Critica a historiografia oficial, que tratou Canudos de forma *diferente*, sem o olhar crítico merecido; afirma que a literatura precisa de novos Euclides da Cunha – autor que interveio pública e politicamente, *em forma de arte*. É que Lobato, não somente na obra citada, mas no decorrer da sua carreira de escritor, defende a Arte como o único mecanismo capaz de transmitir a *verdadeira* história à posteridade. Eis o que fala sobre a República.

*A República, feita para uso e gozo de uma mediocracia rapinante, não resolve problemas sociais. Digere. Joga pocker. Percebe porcentagens. Não lhe sobram olhos para ver em Canudos, no Contestado, na permanência do cangaço nortista, nas agitações da Bahia, o tremendo mal-estar de uma pobre sub-raça em via de eliminação, mas capaz de muito no dia em que tiver chefes.*<sup>13</sup>

Em *Dialeto caipira*, Monteiro Lobato faz uso da sua força política, como administrador, editor, jornalista e escritor, para revelar mais uma de suas opiniões sobre o *falar* e o *escrever* brasileiros, ainda imantados do fazer português. Neste artigo, também defende a primeira gramática da *língua brasileira*, de autoria de Amadeu Amaral; cria um personagem, Brasilina, para facilitar, metaforicamente, a compreensão do público – talvez a adesão do leitor às suas idéias; e reforça a crítica à subserviência histórico-cultural do Brasil a Portugal.

---

<sup>12</sup> LOBATO, 1948, vol. V, p. 58.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 72.

*O estudo único em matéria filológica que nos cumpria fazer não o fazíamos. Era esse da língua nova, a língua que ao país inteiro interessa: o estudo, o retrato fiel da Brasilina arisca que atende às necessidades de expressão dos 25 milhões de jecas que somos. Porque, estranha contradição! Falamos à moda de Brasilina mas escrevemos à moda de dona Manuela, por falta de coragem ou medo ao bolo da palmatória portuguesa.*<sup>14</sup>

O comportamento de Lobato em sociedade por vezes oscilava, mas, na República Velha, podemos dizer que era mais *transparente*, em favor da saúde do trabalhador rural. Para externar sua opinião, utilizava o jornalismo como arma e, por consequência, a literatura, ao procurar *eternizar* seus artigos.

Para Martins, era compreensível que Lobato ficasse à margem dos modernistas, já que dispunha de uma posição privilegiada de *chefe incontestável de toda a renovação literária*, não podendo, assim, *sujeitar-se à condição de epígono depois de 1922. “Daí, muito naturalmente, o seu estranho repúdio da literatura, inexplicável para tantos e que ele próprio interpretava, anos mais tarde, como um corolário do seu desinteresse por essa atividade.”*<sup>15</sup>

O desinteresse em relação à vida jornalística, já havia chegado ao escritor e jornalista Alceu Amoroso Lima – por *Tristão de Ataíde* era conhecido literária e jornalisticamente<sup>16</sup>. Dentro deste assunto, Alceu, respeitado como um intelectual participativo em sociedade – e que depois estaria intimamente ligado a grupos sociais católicos – revela-nos uma carta enviada por Lobato, em agosto de 1919. Antes, prepara o leitor numa discussão sobre a contraposição entre objetividade e subjetividade, afirmando que Monteiro Lobato queria lançar *a poética contra a técnica*. Ou seria *a técnica contra as letras*? Embora permanecesse uma interrogação no ar, Tristão de Ataíde, dispôs-se a historicizar a literatura brasileira, citando Lobato no rol dos insatisfeitos com o

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 80.

<sup>15</sup> MARTINS, 1965, p. 60.

<sup>16</sup> Sobrenome também escrito como *Athayde*.

cotidiano jornalístico. Para ilustrar tal fato, utilizou uma das cartas enviadas pelo autor de **Urupês**.

*Quanto à tua reiteração do convite para voltar ao jornalismo... meu caro Amoroso, nada vale a pena nesta terra. [...] ou neste mundo. Escrever, para quê? Um de mais, um de menos, no hard labour do jornalismo, nessa roda que viramos eternamente e não move coisa nenhuma [...] A maior das ilusões é a crença na força do pensamento, das idéias, da filosofia, da marcha das coisas humanas. Uma coisa só, promanada do cérebro tem força propulsora: as invenções mecânicas (sic). Todas as deblaterações de moralistas contra os ladrões, por exemplo, resultaram inúteis até aqui. Só, porém, um Edison inventar a máquina de impedir o furto, em meses estará o mundo inteiro liberto do latrocínio. Assim tudo.<sup>17</sup>*

Na época em que recebeu a carta, Alceu ainda estava ligado a um cargo público federal, contando com intermediação política; ao desiludir-se com o contexto no qual estava inserido, de baixa remuneração, resolveu assumir a direção jurídica de uma fábrica de tecidos de propriedade do pai<sup>18</sup>. O codinome viria logo no início dos anos de 1920, no diário *O Jornal*. No ano da carta citada, Lobato, o seu interlocutor, já estava em plena ascensão na direção da *Revista do Brasil*. Porém, a vida de ambos passa por uma série de transformações, incluindo rupturas, decepções e conquistas, dentro de uma vida pública intensa.

No ano de publicação da obra citada, 1969, Lobato já havia falecido há 21 anos e Alceu já havia experimentado, por exemplo, posições em sociedade que o distanciariam ideologicamente do autor de **Urupês**. Engajado nas lutas da Igreja, participou de campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra o bolchevismo, e outros movimentos de esquerda<sup>19</sup>. Não podemos nos esquecer de certa simpatia que Lobato nutria pelos esquerdistas; em alguns momentos, vale ressaltar, foi explícita a sua admiração por Prestes. Alceu

---

<sup>17</sup> ATHAYDE, 1969, p. 67. O segundo ponto deste trabalho discutirá, com mais detalhes, algumas cartas de Monteiro Lobato.

<sup>18</sup> MENDONÇA, 2002, p. 57-8.

<sup>19</sup> Ibid., p. 58.

Amoroso Lima também ocupou a cadeira 40 na Academia Brasileira de Letras, agremiação que Lobato disse abominar diversas vezes, colocando-a como um ponto de encontro de intelectuais retrógrados.

Na sua coletânea crítica, Lima, que assinou como Tristão de Ataíde, deixa para Monteiro Lobato o lugar dos *independentes*, dentro da preocupação teórica em encaixar os escritores brasileiros numa porção importante do século XX. Mas, vejamos, Lobato seria independente ou teria, para Tristão, o lugar dos que detestavam rótulos, partidos, agremiações, siglas ou qualquer tipo de codificação historicista? Vamos conferir o que disse o autor:

*Quanto aos independentes, como o próprio nome indica, não constituíam grupo algum. Vinham do período anterior, quando o conceito de geração ainda não havia assumido a importância que tomaria a partir de 1920. [...] Era um Monteiro Lobato, que em São Paulo, desde 1918, agitava o Brasil com seus contos regionais, à margem e até hostil à cabotinagem modernista, como apregoava. [...] ... não por egoísmo e indiferença, mas porque não tinham vocação para grupo e seguiam sua própria trilha, como acontece quase que unanimemente nas letras norte-americanas, onde cada escritor é uma ilha...*<sup>20</sup>

No contexto epistolar lembrado por Ataíde, Lobato ainda apostava em discutir a figura do caboclo. Não foi à toa que em 1919 publicou **Idéias de Jeca Tatu**. O habitante do interior do Brasil na Primeira República foi definido de várias formas; mas foi delineado, sobretudo, segundo os parâmetros de *raça* e *natureza*, pulverizados no pensamento da elite brasileira, espécie de bússola para os anos posteriores. A concretização de uma racionalidade fincada nas tradições ou no que poderia ser respeitado como herança colonialista pôde esboçar o comportamento do homem do interior, principalmente o habitante da zona rural, ainda distante ideologicamente do conglomerado urbano – embora ainda tímido, mas em ascensão.

---

<sup>20</sup> Ibid., pp. 230-1.

Todo esse ambiente traçado para os intelectuais foi necessário para a consolidação das idéias nacionalistas. De forma cíclica, e durante vários anos, essas idéias serviram para esboçar e, em seguida, fortalecer o que seria perpetuado como um conjunto de conceitos sobre a figura do caboclo, por vezes tratado como sertanejo, por vezes definido como trabalhador rural. Martins também nos auxilia a lembrar que foi a *Revista do Brasil* – em 1918, passando a ser de propriedade de Monteiro Lobato – uma espécie de bandeira do nacionalismo entre os intelectuais ou, mais especificamente, o *primeiro manifesto nacionalista do Modernismo*.<sup>21</sup> Júlio Mesquita, ao apresentar o seu empreendimento, em 1916, havia afirmado:

*O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império quer na República, sob a tutela direta ou indireta, se não política ao menos moral do estrangeiro.*<sup>22</sup>

O que poderia ser entendido como *nação*? Foi esse questionamento que provocou a classe intelectual, quase sempre em busca de horizontes que tentassem explicar essa fragmentação de valores. Podemos começar lembrando Smith, numa das definições apropriadas para as reflexões que se apresentam, ao longo dos temas propostos.

*A nação é uma abstração, um constructo da imaginação; é uma comunidade que se imagina soberana e delimitada. Surge quando os reinos da Igreja e da dinastia se contraem e não mais parecem atender ao anseio de imortalidade da humanidade.*<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 139.

<sup>22</sup> Ibid., pp. 138-9.

<sup>23</sup> SMITH, In: BALAKRISHNAN, 2000, p.199.

Smith tece, então, sua definição sob a inspiração das *comunidades imaginadas* de Anderson, na obra traduzida no Brasil como *Nação e consciência nacional*<sup>24</sup>, embora também tenha buscado alguma semelhança com a sua definição em Renan, um dos primeiros a elaborar o conceito de nação, ainda no século XIX: *Una nación es un principio espiritual resultante de complicaciones profundas de la historia; es una familia espiritual y no un grupo determinado por la configuración del suelo.*<sup>25</sup> Em seguida, podemos observar o que Dellanoi define como nacionalismo, uma construção do que seria tratado como simbólico na definição anterior. Vê-se que nação e nacionalismo podem se interpenetrar, numa simbiose que daria vida a várias obras e intervenções intelectuais no período avaliado.

*É antes do mais um instrumento de legitimação e de mobilização política, mas mostra-se também portador de certos elementos de salvação pessoal e coletiva. Por certos aspectos, entra em contato com o sagrado, ao contrário do que se passa com o liberalismo.*<sup>26</sup>

Estamos nos propondo a tecer algumas reflexões sobre a popularização do símbolo, dentro da idéia que se apresenta como a figura do caboclo no olhar de Monteiro Lobato durante a Primeira República – especialmente sobre a construção do personagem Jeca Tatu, que teria se transformado num símbolo nacional<sup>27</sup>.

Barthes aponta como *símbolo* um dos elementos semiológicos que remetem à concepção de *ícone*. Ambos são produtos de um só elemento, que origina os outros, o *signo*. Porém, à luz de H. Wallon, Barthes divide *senal* e *índice* em contraponto a *símbolo* e *signo*. O primeiro grupo seria desprovido de representação psíquica, contrário, portanto ao primeiro. Mas o que nos cabe, neste trabalho, é o conceito de *símbolo*, que parece se aproximar mais da

---

<sup>24</sup> ANDERSON, 1989.

<sup>25</sup> RENAN, In: FERNÁNDEZ, 2000.

<sup>26</sup> DELLANNOI, In: CORDELLIER, 1998, p. 34.

<sup>27</sup> BARTHES, 2003, cap. II.

figura do caboclo. Barthes trata o símbolo como *representação analógica e inadequada*, já que muitas vezes ultrapassa o sentido do objeto.

O *ícone*, embora não tratado especificamente pelo semiólogo na obra citada, acontece como uma extensão do símbolo, também como espécie de junção dos significados entre si. Alguns problemas se apresentam como pontos de partida para essa reflexão, tomando como base o período no qual o pensamento do escritor é lançado na imprensa brasileira e, posteriormente, no mercado de livros<sup>28</sup>. Será importante pensar sobre as relações políticas do autor durante o período mencionado, além de fortalecer algumas idéias sobre o que essas mesmas relações tiveram como ponto relevante na construção de um símbolo que parece ainda sobreviver no imaginário popular, quase um século depois.

O personagem surgiu de uma inquietação que teria antecedido as discussões sobre o caráter nacionalista do país? Ou o caboclo lobateano foi fruto de problemas que já se apresentavam como participantes de um espírito nacionalista? Sob outro ângulo: o discurso nacionalista de Monteiro Lobato provocou a construção do *jeca* ou teria sido o contrário? A indolência vivida pelo caboclo teria sido sugerida por Lobato para que tipo de ligação com a indolência de parte da elite brasileira naquele momento, ainda não totalmente afinada com as idéias nacionalistas?

Esta reflexão não pretende se debruçar ostensivamente sobre tais questionamentos, nem mesmo traçar puramente algo cronológico, em se tratando da vida e obra de Monteiro Lobato, ou parte da sua biografia, mas procurar entender essa problematização, ramificada em várias outras e que parece pontuar grande parte da atuação intelectual do escritor – atuação, esta,

---

<sup>28</sup> Mercado do qual Lobato foi precursor, inicialmente como idealizador e proprietário de uma gráfica e editora. (SODRÉ, 1979). Para todo o trabalho de dissertação foram consultadas biografias de Monteiro Lobato; dentre as quais destacam-se CAVALHEIRO, 1955; e AZEVEDO, CAMARGOS, e SACCHETTA, 1997.

que seria observada como fundamental para reflexões posteriores, de intelectuais que não necessariamente foram contemporâneos do universo lobateano.

A representação do caboclo como uma associação ao protótipo de uma raça serviu de base para pensar os problemas brasileiros, a partir da metade do século XIX. Porém, esse tipo de pensamento não era ligado ao meio científico, se tomarmos como referência o objeto sociológico em questão. Caboclo significava somente parte de um conjunto de tipos que habitavam o país naquele momento político, quando se pensava, ainda, em servir à corte portuguesa com informações sobre a colônia<sup>29</sup>.

No período que antecede a oficialização do que seria denominado de República, a realização de censos demográficos munia a metrópole de dados muito mais técnicos do que indicadores da formação social. O caboclo, então, na sua gênese, seria confundido com o índio, mesmo ambos diferenciados nos traços biológicos, ao menos à primeira vista<sup>30</sup>. O Brasil já vivia uma inquietação, no sentido de tentar estabelecer parâmetros para a formação da sua própria *alma*, dentro de um sentido mais aproximado com os problemas sociais enfrentados pelo país. A elite propunha o desligamento político de Portugal, mesmo, em alguns aspectos, sentindo necessária a luta por um modelo mais *brasileiro* sem defender especificamente um modelo racial.

O sentido nacionalista já apontava de diversas formas, como através da imprensa, por exemplo, os tipos que habitavam o país naquele período. Nos primeiros anos da República brasileira já constituída, a nacionalidade ainda necessitava de novas *zonas de contato*<sup>31</sup>, talvez para estabelecer novos pontos de apoio nas idéias que se formavam. Ainda não havia possibilidade de

---

<sup>29</sup> BOSI, 1983; OLIVEIRA, 1990.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, 1999.

<sup>31</sup> Sobre o termo *zona de contato* vale observar o trabalho de Mary Louise Pratt, principalmente se o interesse apontar para questões sociológicas, no sentido de avaliar as diferenças entre *raça* e *etnia*. (V. PRATT, 1999, cap. I)

questionar negativamente a herança portuguesa, mas já se conhecia um tipo mais próximo do sentido nacional, o caboclo. Diante desse novo modelo que se tornava real, sem ser caricato ou forjado por obras de ficção, a intelectualidade brasileira começava a esboçar o que seria suscitado no início do século XX, com o movimento higienista pelo interior do país ou pelos *sertões* brasileiros<sup>32</sup>.

A política de recenseamento iniciada no período imperial revelou alguns aspectos de preocupação com as possibilidades de miscigenação. Oliveira<sup>33</sup>, num dos seus estudos sobre a questão indígena, menciona como a figura do caboclo ainda era associada ao conceito de *parda* e, em alguns casos, como uma mistura entre índio e branco, talvez uma superposição *interétnica* – como forma estratégica do censo para dirimir as questões raciais já presentes em solo brasileiro.

As questões se transformariam em conflitos, os quais foram trabalhados sob outras perspectivas pela elite, preocupada em construir um discurso que promoveria uma unidade, mesmo ainda desvinculada na sua prática das questões relacionadas ao *progresso* econômico. Antes de realçar essa aparição censitária do caboclo e sua conseqüente transposição para a categoria *parda*, Pacheco de Oliveira questiona:

*Ou seja, como assegurar a unidade nacional em um extenso território, com uma população altamente heterogênea em termos raciais, lingüísticos e culturais, além de fortemente estratificada em termos econômicos e políticos? Tal tarefa, iniciada pela elite agrária, hierárquica e monarquista, que se articulava em torno do projeto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi posteriormente continuada pelos jovens intelectuais republicanos, influenciados pelos ideais do positivismo.*<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> LIMA, 1999.

<sup>33</sup> PACHECO, 1999. Sobre o mito de origem racial, o autor cita Gilberto Freyre, deixando uma margem para se pensar sobre o mesmo mito que, anos depois, seria tratado como um traço *positivo* da nação.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 127.

A deflagração da Primeira Guerra Mundial trouxe ao Brasil uma espécie de filosofia de vigilância, no sentido de arregimentar seus bens simbólicos. Tal postura questionadora seria formadora dos princípios de uma consciência *cidadã*, mais participativa e alinhada ao que seria enfatizado pela *intelligentsia*, em busca de traços sociológicos para a afirmação da nacionalidade<sup>35</sup>. O caboclo foi apenas um desses traços, apesar de ser observado criticamente, do ponto de vista da sua morbidez ou superficialidade intelectual, preguiça, doença e incapacidade de reagir diante dos fatos políticos que o cercavam.

Diante desse quadro, em 1914, Monteiro Lobato lançou a sua opinião, deixando transparecer a sua inquietação com o tipo mais freqüente no interior do país e que seria o mais cogitado para assumir o cotidiano rural, a labuta no campo. O artigo intitulado *Uma velha praga*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, retratava a preocupação de Lobato como fruto do conjunto de preocupações vivenciadas por fazendeiros do Vale do Paraíba<sup>36</sup>. Como filho da oligarquia cafeeira, o escritor não pode esconder seu ar inconformado com as queimadas, prática comum na região compreendida entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O texto também seria visto como espécie de *vingança pessoal*, já que a Lobato era fazendeiro, proprietário da fazenda Buquira, na região de Taubaté, e se sentia vítima dos estragos provocados pelo homem do campo, isto é, pelo caboclo. No entanto, após a acolhida do primeiro artigo e a reação da maioria da classe intelectual – aparentemente compreensiva ao posicionamento de indignação sobre os maus tratos do caboclo em relação à natureza – outro artigo parecia se fazer necessário. *Urupês* viria confirmar a inquietação e, talvez mais ainda, desenhar com detalhes aquele tipo que parecia habitar o

---

<sup>35</sup> A autora enfatiza na sua obra a definição de Karl Mannheim para *intelligentsia*: "grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo." MANNHEIM, 1968. In: LIMA, 1999, p. 19-20.

<sup>36</sup> LOBATO, 1969. [1918]

Vale do Paraíba paulista com a mesma indolência com que o fazia pelo interior do Brasil<sup>37</sup>.

Lobato, indiretamente, se irmana à causa higienista que ganharia notoriedade com médicos que viajaram os sertões brasileiros com a missão de erradicar males como ancilostomose, febre amarela, malária e o que seria conhecido como Doença de Chagas. O mal que também era conhecido na Primeira República como a *doença da preguiça* era o que mais se aproximava do desenho simbólico do caboclo, segundo o autor de **Urupês**<sup>38</sup>.

A construção simbólica de Jeca Tatu como uma representação dos males que afligiam o homem do campo – ou do interior do Brasil – rendeu uma campanha de combate a verminoses, em 1925. A amizade de Monteiro Lobato e o farmacêutico Cândido Fontoura seria fundamental nesse processo, a partir da divulgação de um produto de combate às doenças causadas por vermes, o Biotônico. A fórmula já havia sido produzida por Fontoura, mas necessitava de uma campanha de divulgação. Lobato encabeçou a proposta, criando uma espécie de história ilustrada, *Jeca Tatuzinho*, que mostrava o personagem tomando o remédio e *curando-se* das verminoses.

O conhecido *amarelão* ainda seria a doença comum na zona rural. A campanha para a venda do produto criado por Fontoura é considerada uma das mais eficientes campanhas de publicidade na Primeira República. O surgimento da imagem do caboclo pareceu impactante, a ponto de resolver entre o meio intelectual parte da necessidade de atribuir a um tipo nacional um conjunto de mazelas – que se entrecruzavam numa dramática exposição. Jeca Tatu foi o nome atribuído ao caboclo lobateano, tratado ora como símbolo popular ora com produto de uma iconografia perpendicular ao tema central naquele período, o nacionalismo<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> CAVALHEIRO, 1955; AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, 1997.

<sup>39</sup> Ibid, p. 58.

Segundo uma das últimas biografias de Monteiro Lobato, o nome Jeca teria sido escolhido graças a um personagem *real*, que teria ocorrido na infância do autor. Seria o nome de um filho de Dona Gertrudes, moradora de um rancho próximo à fazenda Paraíso, no Vale do Paraíba. Jeca reunia as características essenciais à construção do ícone lobateano. O outro nome, Tatu, viria depois, quando Lobato já seria o proprietário da fazenda Buquirá. O animal seria o responsável pelo estrago nas roças de milho.

Como forma de chamar atenção para o público que, porventura, ainda não houvesse despertado para a importância do tema, o caboclo foi tratado em **Urupês** como o próprio título sugere: uma espécie de fungo que se desenvolve em pedaços de madeira, em estado de putrefação. É perceptível, ainda, a preocupação estilística do autor em definir uma característica principal do personagem com certo grau de longevidade ou pelo menos com uma duração suficiente para despertar no público um sentido nacional.

O personagem não seria, então, adaptável ao enredo de um conto, por exemplo. A intenção cotidiana de se aproximar da imagem idealizada, ao mesmo tempo posta à prova do leitor, seria justamente a de ser tão acessível quanto ao gênero trabalhado, o artigo, para um jornal que se comportava como o eco da angústia oligárquica paulista. Talvez uma angústia em não se fazer ouvida a contento ou em não definir um retorno político-econômico a longo prazo.

*Na medida em que a cultura do imediato pós-guerra refletia o aprofundamento de um filão nacionalista, o criador do Jeca mantinha bravamente a vanguarda; com efeito, depois de Euclides e Lima Barreto, ninguém melhor do que ele soube apontar as mazelas físicas, sociais e mentais do Brasil oligárquico da I República, que se arrastava por detrás de uma fachada acadêmica e parnasiana.<sup>40</sup>*

---

<sup>40</sup> BOSI, 1966, p. 67.

Apesar de fazer parte da *classe* dos fazendeiros, Monteiro Lobato parecia se diferenciar, em virtude de uma estética marcada por uma formação intelectual que versava pelos mais diferentes níveis, em se tratando, principalmente, de Literatura, Filosofia e Política. A miscelânea favoreceu ao assento das idéias de cunho nacionalista que provocavam os intelectuais da América Latina, apesar de poucos assumirem um confronto argumentativo com a força do totalitarismo norte-americano que já se anunciava<sup>41</sup>.

Em **Urupês**, podemos conhecer um Lobato ainda recém-chegado ao público maior, tanto de qualidade quanto em quantidade de leitores, incluindo os formadores de opinião. O *caboclisto* denunciado por Lobato não se reportava a uma questão ou a um conflito de origem racial. Isto teria sido ligeiramente traçado pela corrente de higienistas, guiada por alguns nomes como os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva<sup>42</sup>, em expedições pelo interior do país, numa outra perspectiva – não a de desenhar uma iconografia, mas de procurar aplicar a ciência ao caos *redescoberto*.

Teria sido Neiva quem sugeriu o título da obra a Lobato, quatro anos depois, após a compilação de dez contos – tratados como *trágicos* pelo próprio autor. Os artigos *Uma velha praga* e *Urupês* fechavam a edição, pela gráfica e editora Monteiro Lobato & Cia. A obra, que também teria ilustrações de Lobato, seria considerada por críticos como o ponto inicial modernista da Literatura Brasileira<sup>43</sup>, embora, anos depois, o autor tenha repudiado tal classificação, talvez por ter rompido com o grupo de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti e outros ligados à Semana de 1922.

*Nos últimos quinze anos da Primeira República, o saneamento, envolvendo a vontade de resgatar do abandono o homem do sertão – numa linha que começa com Euclides da Cunha – marcou uma ação reformista presente na formulação de uma política de saúde pública para o Brasil. A saúde pública*

---

<sup>41</sup> GELLNER, 1993.

<sup>42</sup> CAVALHEIRO, op. cit., 1955.

<sup>43</sup> MARTINS, op. cit.

*como base para a construção da nacionalidade permitiu que fosse abandonada a tese da inferioridade racial do brasileiro.*<sup>44</sup>

Tal *redescoberta* também surgiria, talvez, como um resultado de um conjunto de inquietações que buscavam enxergar um novo país, ainda não enxergado pela República. É o que trata Nísia Trindade Lima em sua análise sobre as diferenças entre sertão e litoral, ao estudar dados relevantes sobre os médicos sanitaristas – antes conhecidos como higienistas – que lideravam uma política de saneamento, tratando a saúde pública como uma forma eficiente em descobrir um outro Brasil e, especialmente, um outro brasileiro, que vivia doente, apático e alheio ao seu próprio futuro político<sup>45</sup>.

Outros nomes, como Roquette Pinto, foram importantes para tratar os problemas do homem do campo, não necessariamente chamado de caboclo, mas dentro de uma abordagem sócio-educativa, e muito mais antropológica, com o objetivo de sedimentar uma imagem que já não era mais novidade, mas um prolongamento de uma preocupação que já havia sido retratada no sertanejo euclidiano<sup>46</sup> e, sob outro ângulo, pelo indígena com as expedições de Rondon.<sup>47</sup>

A construção simbólica de Jeca Tatu parece ter acontecido um tanto inspirada por essas fontes, acima citadas. A maioria, de uma forma ou de outra, em épocas diferenciadas, mas encravadas nos conflitos da Primeira República, os

---

<sup>44</sup> O trabalho de Lúcia Lippi Oliveira (1990, p.146) é resultado de sua tese de doutorado em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo, em 1986. O trecho mencionado faz parte do capítulo **O nacionalismo militante**, no qual a autora traça alguns paralelos entre o período histórico e os atores envolvidos com a causa nacionalista, principalmente sobre *saúde e educação*.

<sup>45</sup> A obra de Nísia Trindade Lima é resultado da sua tese de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). A publicação é uma co-edição da UCAM com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e editora Revan (1999). Vale observar como a autora procura diferenciar sociologicamente *sertão* e *litoral* e como a figura do caboclo se faz presente nesta diferenciação. **O país de Jeca Tatu** é o título do quinto capítulo.

<sup>46</sup> CUNHA, 1966. [1902]

<sup>47</sup> TACCA, 2001.

quais poderiam convergir para uma preocupação nacionalista<sup>48</sup>. Por outro lado, as fontes poderiam questionar os mesmos princípios democráticos que fariam o autor reagir, principalmente ganhar voz na ação política, diante de um quadro que não seria resolvido, mas tomaria outras feições.

Em 1919, a imagem do caboclo seria lembrada no discurso de Rui Barbosa, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. O discurso serviria também de tema para uma das edições da revista *O Malho*, na qual apresenta Rui como um *descobridor* político, num navio prestes a aportar nas terras vigiadas pelo caboclo, sob o olhar do desenhista J. Carlos. No seu discurso, Rui Barbosa diria que Jeca é *o mais fiel, completo e rigoroso retrato que de um tipo jamais se fez e concordaria com Lobato, tratando o caboclo como piolho da terra, preguiçoso, vadio, feio, sujo, regularmente bronco, poço de superstições [...]*.<sup>49</sup>

O curioso em **Urupês** é também uma preparação para outro aspecto que viria a ser conhecido em Lobato, no que diz respeito à luta pela formação de uma geração de leitores.<sup>50</sup> A crítica lobateana – por vezes bem humorada com cores de ironia – revelou, mesmo ainda indiretamente, um intelectual que pensava o futuro do povo brasileiro, pulverizado no tipo tão enfatizado, o caboclo. A ignorância de Jeca frente à própria saúde revelava, quase que de imediato, a explicação para a sua doença, característica mais pungente da sua resignação, associada à sua atitude predatória diante da natureza.

A obra publicada em 1918 fez o país conhecer um escritor um tanto pessimista, porém, criativo e realista com os finais dos seus dez contos trágicos, que percorrem a maior parte do volume. É na tragicidade dos contos que a verve estilística do autor vai sendo exibida, como resultado de sua produção ainda estudantil, no jornal *O Minarete*, com circulação resumida à Faculdade de Direito de São Paulo e, depois, na cidade de Pindamonhangaba. Lobato seria

---

<sup>48</sup> CAVALHEIRO, 1955; SODRÉ, 1979; AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, 1997; LIMA, 1999.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> COUTINHO, op. cit., 1999.

um agente político prestes a entrar em ebulição. Sua preferência ao trágico, revestido de um aparato mortífero, soturno ou gótico na narrativa teria indiretamente uma ligação com a sua aproximação com idéias pouco esperançosas, diante do que ele poderia conceber como nação – termo ainda não sedimentado naquele período.

Diversos temas são retratados com argúcia nessa busca pela relativização do trágico: empreguismo, decadência social, alcoolismo, disputas familiares, solidão no campo, traição, patrimonialismo, patriarcalismo, desprezo das autoridades, exploração trabalhista, coronelismo, necrofilia, morbidez, perigo e remorso. Aos poucos, em cada conto, a figura do caboclo é lembrada indiretamente, se avaliarmos os cenários construídos para que personagens – a maioria vivendo na zona rural, em locais ermos ou marginalizados da vida urbana – estabelecessem diálogos que quase sempre desembocariam em fatalidades.

Anos depois, o pós-guerra faria o caboclo ser reconhecido por outros intelectuais – homens das letras, de alguma forma, debruçados sobre questões e aspectos nacionais.

*Não é preciso estender a generalidade do tipo a todo brasileiro, porém Jeca conservador das velhas tradições, Jeca nômade, desconfiado levando incêndio a uma floresta para destocar meio palmo de mato. Jeca usando da prodigiosa fecundidade da terra como refúgio natural à sua indolência, existe, magina, e é nosso contemporâneo.<sup>51</sup>*

É em **Idéias de Jeca Tatu** (1919) que Monteiro Lobato começa a delimitar a sua inquietação frente a uma inquietação maior, nacional, que parecia se configurar em outros modelos e em outras produções, até mesmo de caráter científico. No prefácio da obra<sup>52</sup>, o autor logo avisa que se o caboclo *pensasse*

---

<sup>51</sup> CASCUDO, 1920, In: LIMA, N. T., 1999, p.139-140.

<sup>52</sup> LOBATO, 1948, vol. IV.

produziria tais idéias, que avançam ao longo dos artigos, alguns publicados no jornal *A Tribuna de Santos*.

A preocupação com a Arte foi tratada praticamente em toda a obra; em alguns artigos, indiretamente, talvez com a intenção de despertar no leitor um sentido nacionalista que se aproximasse de uma produção artística reconhecida como brasileira. É em **Idéias de Jeca Tatu** que encontramos um Lobato exteriorizando suas próprias idéias, sem necessariamente dar voz ao caboclo. São contundentes as críticas ao Estado, tratado como um *monstro de truculência e onipotência* ou *chocadeira artificial das vocações artísticas*; a Soberania Nacional como *doente*; o Instituto Histórico e Geográfico como *múmia que ressona beatificamente*; o militarismo com suas *incompreensões e brutalidades*; São Paulo como pólo de um *carnaval arquitetônico, sem identidade* e a exposição de Anita Malfatti sob a dúvida *paranóia ou mistificação?*.

E faz uma série de alertas ou sugestões, como: *o artista cresce à medida que se nacionaliza*; Euclides que *revelou-nos a nós mesmos*; Pedro Américo como *o grande entre os grandes*; as idéias nitzcheanas<sup>53</sup> com a defesa da concepção biológica e social do *eterno retorno* e a filosofia *libertadora*; Bonifácio como o *vulto máximo da nossa história*; a sobrevivência espiritual como *um fato*; a poesia de Catulo como *a mais harmoniosa das molduras*; a Argentina *heróica de Sarmiento* e como *civilização integral*; a prova de que *o saci existe*; e uma ironia ao seu próprio modo de pensar: *O que nos salva é ser o país analfabeto*.

A associação ao *jeca* surge com mais força no artigo *A paisagem brasileira*, no qual o autor afirma que *o Brasil ainda é o caboclo, empunhando o machado e o facho incendiado na luta, arca por arca, contra a hispidez envolvente para que nas clareiras entreabertas tome assento a civilização*.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Ibid. CAVALHEIRO, 1955; BOSI, 1966, 1983; AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, 1997.

<sup>54</sup> Ibid, p. 58.

Apesar de Zé Brasil ter surgido com certa respeitabilidade perante o público e revelando certa simpatia de Lobato às idéias comunistas sobre *melhor distribuição fundiária*<sup>55</sup>, a imagem de Jeca Tatu pareceu mais forte, sobretudo no sentido popular. Talvez tão forte a ponto de permanecer, durante vários anos, como símbolo de um conjunto de situações que aparecem ainda como entraves às soluções políticas. Ao lado do caboclo, marasmo, preguiça, doença a resignação. Na outra ponta da hierarquia, aparentes soluções – marcadas por abandono e negligência.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ZIBERMANN, Regina (org.). *Atualidade em Monteiro Lobato: uma revisão crítica*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Novas Perspectivas, 8)

ATHAYDE, Tristão de. *Meio Século de Presença Literária – 1919 -1969*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. (Col. Documentos Brasileiros, dir. Afonso Arinos de Melo Franco).

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *Ensaio Brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

AZEVEDO, Carmen Lucia de, CAMARGOS, Marcia e SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

---

<sup>55</sup> AZEVEDO, CAMARGO e SACCHETTA, 1997; LIMA, 1999.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (História de uma esperança e muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Saraiva, 1958.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1980. 6. ed.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Col. Leituras.

CARONE, Edgard. *A República Velha; Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador". In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomo III, vol. 2.

CASCUDO, Câmara. A Humanidade de Jeca Tatu. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 57, 1920. In: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*:

*Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

CAVALHEIRO, Edgard. Monteiro Lobato – Vida e Obra. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955. In: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

COUTINHO, Afrânio. (dir.) *A Literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999. v. 4.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Aguillar, 1966. [1902]

DELLANNOI, Gil. O Nacionalismo e a Catálise Ideológica. In: CORDELLIER, Serge (coord.). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a Crise Política dos Anos 20. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.IV, n.º 11, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. [1933].

GELLNER, Ernest. El nacionalismo y las dos formas de cohesión en sociedades complejas. In: *Cultura, Identidad y Política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales*. Barcelona: Gedisa, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Brasil, Século 20).

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1958.

KOSHIYAMA, Mitika Alice. *Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor*. São Paulo: T A Queiroz Editor, 1982. Biblioteca de Letras e Ciências Humanas, série 1, Estudos Brasileiros, Vol. 3.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1983.

LAMOUNIER, Bolívar. A Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III; v. 2. 5ª ed.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 4. ed., 1978, 19-57.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

LOBATO, J. B. Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1948. (Literatura Geral, Obras Completas, 2)

\_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1948. (Literatura Geral. Obras Completas, 4)

\_\_\_\_\_. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Brasiliense, 1969. 22.<sup>a</sup> ed.

\_\_\_\_\_. Zé Brasil. [1947] In: Lajolo, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato*. São Paulo, Abril Educação, 1981. Literatura Comentada.

MARTINS, Wilson. *O Modernismo*. São Paulo: Cultrix/Universidade de São Paulo, 1977, 5. ed.

MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária*. São Paulo: Melhoramentos, 1973. 6.<sup>a</sup> ed.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. Parte II.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POE, E. Allan. *Manuscrito encontrado numa garrafa e outros contos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 2.<sup>a</sup> ed. p. 10.

PORTO ALEGRE, Maria Silvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, B. e LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 2001.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RENAN, Ernest. *Qué es una nación?* In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 89-120.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.